

# A PESQUISA PARTICIPANTE E A PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA

## Um olhar entre tempos e espaços a partir da América latina

Carlos Rodrigues Brandão\*

Reconhecemos que a *pesquisa participante* existiu no passado e existe hoje em dia dentro de diferentes *tradições*. Reconhecemos a gestação de uma *tradição latino-americana*, a partir das experiências pioneiras de Orlando Fals Borda e de Paulo Freire. Essa tradição da *pesquisa participante* somente pode ser compreendida em suas origens e em sua atualidade, quando referenciada aos contextos sociais e políticos dos tempos de sua instauração na América Latina, entre os anos 1970 e 1980. Ela aproveitou bastante das tradições europeia e norte-americana, mas possui características peculiares, a começar pela sua vinculação histórica com os movimentos sociais populares

---

\* Brasileiro, antropólogo, participante de movimentos sociais populares desde 1961, um dos introdutores da pesquisa participante no Brasil, tendo coordenado duas coletâneas de livros pela Editora Brasiliense, de São Paulo: *Pesquisa Participante e Repensando a Pesquisa Participante*. Professor do Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas. Participante do processo de criação da Pedra Branca – Comunidade Solidária do Saber.

e com os seus projetos de transformação social emancipatória. Alguns princípios de convergência entre estilos diferentes são apresentados e discutidos.

## 1. Os cenários sociais de origem da tradição latino-americana da pesquisa participante

Tal como vemos acontecer nos dias de hoje com o surgimento de propostas de paradigmas emergentes a respeito da construção de conhecimentos através de práticas científicas, acreditamos que a experiência múltipla e diferenciada a que de modo geral damos o nome de *pesquisa participante*, surge mais ou menos ao mesmo tempo em diferentes lugares, origina-se de diversas práticas sociais, articula diferentes fundamentos teóricos e alternativas metodológicas e destina-se a finalidades desiguais.

Alguns estudiosos do tema costumam rastrear uma das origens da *pesquisa participante* nos estudos de Kurt Lewin e de outros cientistas sociais nos Estados Unidos da América ou na Europa. Via de regra, tais estudos e pesquisas dirigiam-se a uma compreensão mais dinâmica, integrada e operativa do campo social a suas aplicações no aprimoramento das relações de atores culturais envolvidos em experiências de ação agenciada, em favor de algum tipo de mudança ou desenvolvimento social, com vistas à melhoria de um ou vários indicadores de qualidade de vida.

Outras pessoas preferem associar a *pesquisa participante* aos trabalhos realizados ao redor da enquete operária de Karl Marx, reconhecendo em seu procedimento uma estratégia para o acesso de pessoas e grupos das classes populares a instrumentos

confiáveis de conhecimento científico a respeito da realidade social. Se colocarmos de um lado expressões como: “atores sociais”, “conformidade”, “participação”, “mudança”, “desenvolvimento social”; e, de outro, expressões como: “classes sociais”, “conflito”, “mobilização”, “transformação”, “revolução social”; talvez tenhamos as áreas de fronteira entre uma tendência de origem e a outra.

Assim, em um ensaio de Anthon de Schutter e Boris Yopo, encontramos em duas passagens próximas, estas referências.

Budd Hall (1981) em sua análise das origens das experiências pioneiras, que contribuem a fundamentar a Investigação Participativa, menciona a entrevista estruturada “*L'enquete Ouvriere*”, com trabalhadores industriais franceses, de Marx.

(...)

Outros sociólogos importantes para a fundamentação teórica da Investigação Participativa, desde o ponto de vista sociológico são: Bourdieu, Touraine, Lefebvre, Wright Mills. Contribuições relevantes na psicologia são: a obra de Adorno sobre o fascismo; de Fromm sobre o autoritarismo e democracia; e deve-se destacar os aportes de Carl Rogers, em relação à educação e a participação de George Mead sobre a socialização; de Lewin sobre a teoria de campo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SHUTTER, A; YOPO, B. “Desarrollo y perspectiva de la investigación participativa”, em capítulo de *La investigación participativa en América Latina*, 1983, p. 59-60.

Muito embora os nomes de Marx e de Lewin sejam os mais citados à esquerda e à direita, quando se trata de traçar fontes pioneiras da *pesquisa participante* não é raro que todo um conjunto de cientistas sociais, de educadores e de psicólogos criadores ou integrantes de alternativas de pesquisa e/ou de trabalhos pedagógicos e/ou sociais, com foco sobre uma participação mais ativa e algo mais crítico e criativo dos atores envolvidos, sejam lembrados como co-criadores dos fundamentos. Ainda que se reconheça que em boa medida as diferentes experiências da *pesquisa participante* surgem a Norte e, sobretudo, ao Sul do Equador, à margem das universidades e como uma reação ao tipo de abordagens científicas da questão social nelas praticada, na maior parte dos casos, são os cenários e sujeitos do mundo acadêmico os lembrados como seus criadores próximos ou remotos.

Na América Latina, os praticantes mais conhecidos da *pesquisa participante* desde o seu começo se reconhecerão herdeiros bem mais de Karl Marx do que de Kurt Lewin e mais de Antônio Gramsci do que de Carl Rogers. Depois de apontarem as duas vertentes pioneiras na primeira origem da *pesquisa participante*, Libertad Hernández Landa e Luis Gabarrón trazem o testemunho de um cientista social europeu, no exato momento em que ele inverte o sentido tradicionalmente dado à vocação acadêmica da ciência. Serge Moscovici, lembrado por Gabarrón e Landa, afirma que: “quando a Psicologia Social começar a ser perigosa, começará então a ser uma ciência”.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> MOSCOVICI, S. *Society and Theory in Social Psychology*, 1972, p. 66. Apud GABARRÓN e LANDA. *Investigación Participativa*, 1994, p. 79.

Conhecendo ou não essa afirmativa, Paulo Freire, Orlando Fals Borda e outros educadores e cientistas sociais na América Latina irão lembrá-la em muitas ocasiões. Irão repeti-la e reinventá-la, para defender um dos princípios mais consensuais da *pesquisa participante* na tradição latino-americana. A ideia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva, sobretudo quando pretende erigir-se como uma prática objetiva e neutra. A consequência desse ponto de partida da *pesquisa participante* é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, co-responsável e solidário. Toda a ciência social de um modo ou de outro deveria servir a política emancipatória e deveria participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana.

Quando se recorda o surgimento das investigações sociais de estilo participativo, algumas vezes a narrativa dos “primeiros tempos” aparece isolada de seus contextos sociais de origem, quando eles não são descritos de uma forma vaga e alheia a alguns acontecimentos tão essenciais quanto esquecidos. Devemos lembrar que as primeiras experiências sociais de vocação participativa surgem em um tempo histórico em que se renovam e multiplicam sistemas teóricos de crítica do presente, associados a uma não rara e esperançosa proposta de construção social do futuro.

Algo visível na América Latina será por certo verdadeiro também no caso dos outros continentes. As diferentes vertentes da *pesquisa participante* constituem alternativas tardias

de experiências antecedentes de ação social. Elas surgem na esteira de uma proliferação anterior de experiências cujos fundamentos e metodologias não estão situados apenas entre os dilemas epistemológicos das ciências sociais. Eles estão, antes, em novas compreensões de antigos dilemas e na emergência de novos modelos de interação pedagógica e de ação social. A *pesquisa participante* não cria, mas responde a desafios e incorpora-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação e, de maneira especial, de educação de jovens e adultos; de dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de organização e desenvolvimento; de formação, participação e mobilização de grupos humanos e classes sociais antes postas à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico, ou recolonizadas ao longo de seus processos.

No âmbito da América Latina e de outras regiões do Terceiro Mundo, a expansão de *movimentos sociais populares* dará às diferentes alternativas de ação social transformadora uma nova e, às vezes, radical conotação. Uma múltipla releitura de teorias e de procedimentos de ação social popular desenhará o rosto da identidade dos *estilos participativos de investigação social*. Entre acontecimentos que vão do âmbito de uma pequena escola rural a processos de mobilização social em escala nacional, na aurora dos anos 1960 ocorre por toda parte um florescimento notável de experiências interativas e sociais. Novas propostas, nas quais ideias e projetos contidos em conceitos como “ação” e “participação” são entretecidos com outras palavras, como: “crítica”, “criatividade”, “mudança”, “desenvolvimento”, “transformação”, “revolução” são bons exemplos.

Em uma esfera mundial crescente, a ONU e suas agências especializadas, como a UNESCO, patrocinam e incentivam alternativas de novas alianças e enlaces para a criação de formas renovadoras de ação social, cuja fronteira mais limitada é a de um programa de melhoria setorial de condições comunitárias de saúde, e cuja fronteira mais aberta deveria estar situada nos projetos de um desenvolvimento socioeconômico multissetorial em uma escala regional ou até mesmo nacional.

Para realizar projetos de “organização social”, de “mobilização popular” e de “mudança” ou “transformação”, são necessárias novas modalidades de produção sistemática de conhecimentos sobre a “realidade local”. As décadas dos anos 1950 e 1960 assistem à chegada e à rápida difusão de novos modelos de investigação social. Antigos modelos de ciência social aplicada são recriados e novos modelos são também elaborados e postos em prática. Sobretudo no Terceiro Mundo pesquisadores e promotores sociais de diversas orientações teóricas, ideológicas, metodológicas e técnicas participam de diferentes projetos de investigação da “realidade local” com foco sobre a mensuração de indicadores de “qualidade de vida”.

Um traço das inúmeras iniciativas de associação entre pesquisa e ação social, comum à direita e à esquerda, situa-se na motivação de tornar as investigações em comunidades populares algo maior do que um instrumento de coleta de dados. Em tornar o trabalho científico de pesquisa de dados uma atividade também pedagógica e, de certo modo, também assumidamente política. Sendo mais ativa e mais participativa, a investigação social deveria fazer-se mais sensível a ouvir as vozes dos destinatários

individuais ou coletivos dos programas de ação social. Deveria fazer-se capaz, também, de “dar a voz” e deixar que de fato “falem” com as suas vozes as mulheres e os homens que em repetidas investigações anteriores acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas.

Um olhar preso demais ao mundo universitário e menos sensível ao que está se passando nas suas margens ou fronteiras, em amplas áreas da Ásia e da Oceania, da África e da América Latina, costuma relativizar demais alguns fatos sociais que foram e seguem sendo, na verdade, os mais importantes e até mesmo decisivos na criação de momentos e de contextos que tornaram inevitável o surgimento da *pesquisa participante*, na mesma medida em que, pelo menos em termos da América Latina, deram a ela os traços mais essenciais de sua identidade.

Este é o momento de lembrarmos que em pouco mais de meio século o Terceiro Mundo vem gerando e expandindo propostas e práticas de mobilização popular que irão configurar os contextos dos diferentes modelos de conhecimento e de ação social, para os quais as diversas modalidades da *pesquisa participante* serão uma resposta em meio a tantas outras. E mesmo que nos afastemos por um momento no tempo e no espaço, parece-nos ser justo começarmos por recordar que, entre os anos 1920 e 1940, Gandhi e os seus seguidores inovam e recriam preceitos e práticas de uma forma de resistência à colonização a que darão o nome de *ação não violenta*. O potencial de mobilização ativa e participativa dessa estratégia de descolonização da África do Sul e, depois, da Índia, inaugura um procedimento social de resistência política cujo poder de transformação de pessoas, grupos



humanos e nações, merece, a nosso ver, uma lembrança bem maior do que as inocentes e formais propostas de Kurt Lewin e outras de teor semelhante.

Em uma outra direção, entre os anos 1960 e 1970 diversos grupos étnicos e populares de libertação política recriam diferentes estratégias de guerra de guerrilhas, como uma outra resposta à colonização europeia. Experiências de ação política descolonizadora desse tipo, em uma certa medida realizam o oposto dos sonhos de Gandhi. Mas elas resultam em libertação política, e não devemos esquecer que, em seu bojo, pela primeira vez a África elabora e exporta à Europa uma *sociologia da descolonização*, cuja influência no pensamento social da Europa não será pequena.

Ao longo deste mesmo tempo e um pouco mais tarde, também a América Latina cria, consolida e difunde, por todo o continente e, depois, em direção ao Norte e ao Leste, as primeiras ideias e propostas de ações sociais de vocação emancipatória que fundamentam e instrumentalizam a *educação popular*, a *teologia da libertação*, os *movimentos sociais populares* e, mais adiante, a *pesquisa participante*.

Ao nos perguntarmos sobre os reais contextos de origem da *pesquisa participante* no Terceiro Mundo e, de maneira especial, na América Latina, poderíamos deixar em segundo plano por um momento as questões epistemológicas de cientistas da Europa e dos Estados Unidos da América. E deveríamos evocar, então, a realidade social concreta de experiências como: a *ação não violenta*, a *resistência étnica e popular à colonização*, os *movimentos populares*, a *educação popular* e a *teologia da libertação*. Pois é na esteira

do pensamento e da ação de pessoas como Mahatma Gandhi, Franz Fanon, Paulo Freire, Camilo Torres, Gustavo Gutierrez, João Bosco Pinto, Leonardo Boff e Orlando Fals Borda, que em pelo menos três continentes o Terceiro Mundo difunde algumas práticas de *participação popular* como formas originais e contestatórias, diante das diferentes propostas de desenvolvimento social agenciadas desde a Europa e os Estados Unidos da América do Norte, vistas, no mais das vezes, como novas versões de antigas práticas sociais de vocação neocolonizadora.

Alguns estudiosos da história cultural da América Latina lembram mesmo que entre os anos 1960 e 1980, pela primeira vez, pensadores e ativistas sociais situados entre a Argentina e o México, exportam para o outro lado do Rio Grande e do Atlântico teorias e metodologias de ações fundadoras dos *movimentos populares*, da *educação popular*, da *teologia da libertação* e da tradição latino-americana da *pesquisa participante*.

E a *pesquisa participante* surge no bojo destes acontecimentos e quase sempre à margem das universidades e de seu universo científico, embora parte de seus principais teóricos e praticantes provenha delas e nelas trabalhem. Apenas alguns anos mais tarde, e com resistências, algumas teorias e práticas da *pesquisa participante* ingressam no mundo universitário latino-americano e, de modo geral, mais pelo trabalho de estudantes e raros professores também ativistas de causas sociais, do que pelo de docentes e pesquisadores de carreira.

Na maioria dos casos as diferentes experiências latino-americanas de *pesquisa participante* surgem dentro dos *movimentos sociais populares*, ou emergem com uma proposta de se colocarem

a serviço de seus projetos emancipatórios. Em vários momentos, dos anos 1970 até agora, a *pesquisa participante* se difunde no âmbito e como um instrumento de ação nos trabalhos de *educação popular*. Seus autores dos primeiros tempos foram, e muitos deles seguem sendo, o que até hoje denominamos de militantes da *educação popular*. De algum modo nunca houve na América Latina um “movimento de pesquisa participante”, pois entre Orlando Fals Borda e Paulo Freire os seus instauradores e seguidores se reconheciam como agentes assessores ou participantes diretos – entre educadores e cientistas sociais – de *movimentos populares*. Eles se reconhecem atuando através de uma prática disseminada entre os anos 1960 e 1970 por toda a América Latina, e que tomou, mais tarde, de modo mais geral este nome: *educação popular*.

Ontem como agora, vários deles foram e seguem sendo ativistas sociais de orientação marxista, ou militantes cristãos inseridos em *comunidades eclesiais de base* e difusores da *teologia da libertação*. No caso brasileiro, a *pesquisa participante* está associada, de forma indireta aos processos de ação política e pedagógica que deram origem ao *Partido dos Trabalhadores (PT)* e ao *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, cuja proximidade constante com a *educação popular* e com as *comunidades eclesiais de base* originadas da *teologia da libertação* é bastante reconhecida.

A pesquisa de origens epistemológicas ou metodológicas da *pesquisa participante* na América Latina logra um olhar mais abrangente e completo, quando leva em conta a emergência das inúmeras unidades sociais e *movimentos populares* de vocação transformadora e emancipatória, quando eles instauram algumas

novas alternativas de investigação empírica e, conseqüentemente, de outra compreensão científica e ideológica da vida e da realidade social, assim como dos fundamentos e do papel da própria ciência na sociedade.

Assim, a *pesquisa participante* apresenta-se como uma alternativa de “ação participante” em pelo menos duas dimensões. A primeira: agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente ou a ela associada. Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à *pesquisa participante*. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mais porque ela se projeta e realiza desdobres através da participação ativa e crescente de tais atores.

Segunda: em outra direção, a própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular. Uma articulação de ações da qual a *pesquisa participante* é um entre outros instrumentos. Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada, de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular. Essa alternativa de investigação social é “participante” porque ela própria se inscreve no fluxo das ações sociais populares. Estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado a *participação* popular no processo da investigação. De outro, a *participação* da pesquisa no correr das ações populares.

E uma participação tomada em um duplo sentido. Pois sempre se entendeu que, como um meio de realização da *educação popular*, a pesquisa participa da ação social também como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico, na medida em que sempre algo novo e essencial se aprende através de experiências práticas de diálogo e de reciprocidade na construção do conhecimento. E, como uma forma de educação com um valor também político, na medida em que entre a esfera de um pequeno grupo até a de uma comunidade, uma esfera corporada de trabalho popular ou mesmo toda uma nação, espera-se que sempre alguma coisa se transforme em termos de humanização das estruturas e dos processos de gestão da vida social.

Assim, a pesquisa é “participante” não apenas porque uma proporção crescente de sujeitos populares participa de seu processo. A pesquisa é “participante” porque, como uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória.

Esse será o caminho sobre o qual deveremos levar em conta que, de uma maneira possivelmente mais motivada do que na Europa e nos EUA, a *pesquisa participante* não costumava ser pensada como uma experiência de ação social com um valor em si mesma, ou como uma atuação agenciada com um teor apenas instrumental e dirigido a resolver algum “problema comunitário”. Em seus tempos de origem na tradição latino-americana, a *pesquisa participante* raramente era compreendida como algo limitado a realizar alguma melhoria setorial das condições locais ou regionais de comunidades populares. Em quase todas

as suas formas mais difundidas, ela foi e, em boa medida, segue sendo pensada como um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora. Não se pretende melhorar ou desenvolver alguns aspectos precários da vida social. Pretende-se criar alternativas populares de transformação das estruturas sociais que tornam tal "vida" exigente de ser sempre "melhorada". Este fundamento teórico e político nem sempre se realizava na prática, pois em repetidas ocasiões experiências práticas acabava reduzindo-se a uma só vez, incidiam sobre aspectos parcelares da vida social popular e não logravam participar de um complexo de ações sociais. E, na verdade, nem sempre é possível falarmos de princípios fundadores e de propostas de ação *pesquisa participante* na sua tradição latino-americana, tomando-a como se houvesse nela uma unidade de ideias, propostas e métodos que de fato não existiu antes e hoje menos ainda.

## 2. A variação dos nomes e algumas diferenças de práticas

Até hoje na América Latina convivem teorias, propostas metodológicas e experiências práticas de *pesquisa participante* herdeiras de uma das várias tendências de plena ou parcial origem latino-americana, ao lado das que nos chegaram vindas junto com programas de educação, de promoção social e/ou de desenvolvimento de comunidades, trazidos no bojo das tradições de investigação e ação social norte-americanas ou europeias. Essa convergência de abordagens, diversas em seus nomes e também

as suas formas mais difundidas, ela foi e, em boa medida, segue sendo pensada como um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora. Não se pretende melhorar ou desenvolver alguns aspectos precários da vida social. Pretende-se criar alternativas populares de transformação das estruturas sociais que tornam tal “vida” exigente de ser sempre “melhorada”. Este fundamento teórico e político nem sempre se realizava na prática, pois em repetidas ocasiões experiências práticas acabava reduzindo-se a uma só vez, incidiam sobre aspectos parcelares da vida social popular e não logravam participar de um complexo de ações sociais. E, na verdade, nem sempre é possível falarmos de princípios fundadores e de propostas de ação *pesquisa participante* na sua tradição latino-americana, tomando-a como se houvesse nela uma unidade de ideias, propostas e métodos que de fato não existiu antes e hoje menos ainda.

## 2. A variação dos nomes e algumas diferenças de práticas

Até hoje na América Latina convivem teorias, propostas metodológicas e experiências práticas de *pesquisa participante* herdeiras de uma das várias tendências de plena ou parcial origem latino-americana, ao lado das que nos chegaram vindas junto com programas de educação, de promoção social e/ou de desenvolvimento de comunidades, trazidos no bojo das tradições de investigação e ação social norte-americanas ou europeias. Essa convergência de abordagens, diversas em seus nomes e também

nos seus fundamentos e nas suas destinações, é o que torna difícil e, ao mesmo tempo, fascinante a tarefa de buscar um consenso para estabelecer o que venha a ser entre nós a *pesquisa participante*. Sobre esta questão Marcela Gajardo, uma educadora chilena, escreveu o seguinte em um livro bastante divulgado no Brasil dos anos 1980:

Contrariamente ao que acontece em outros continentes, na América Latina não existe uma definição única de experiências representativas de um estilo participante de pesquisa. Existem, isso sim, tradições de pensamento e práticas diversas que conferem alcance e significados diferentes a esse tipo de atividade<sup>3</sup>.

De lá para cá, quase 20 anos depois essa diversidade original tendeu a aumentar mais ainda, embora os termos utilizados para qualificar os diferentes estilos participativos de pesquisa sejam os mesmos dos anos 1960 a 1980. Desde os tempos próximos ao surgimento de experiências de novos estilos participativos de investigação social nas três Américas, na Europa e em algumas regiões da África, da Ásia e da Oceania, estivemos e seguimos estando às voltas com uma pequena pluralidade de títulos e de enfoques. Esse fato teria uma importância pequena, se eles fossem somente escolhas diferentes para uma mesma ideia e para uma mesma modalidade de trabalho científico de cunho aplicado.

No entanto, onde a tradição europeia uniformizou os seus termos, a tradição latino-americana multiplicou nomes. Assim,

---

<sup>3</sup> GAJARDO, Marcela. *Pesquisa participante na América Latina*, p. 10.



palavras como: *levantamento vocabular, pesquisa temática, pesquisa ativa, autodiagnóstico, pesquisa na ação, pesquisa-ação, pesquisa participante, investigação ação participativa, pesquisa popular, pesquisa militante* traduziam no passado e traduzem ainda hoje opções ora diferentes e convergentes, ora desiguais ou mesmo divergentes. Essa pluralidade de nomes revela uma polissemia de novos ou renovados fundamentos ou fragmentos (não raro, mais fragmentos do que fundamentos) de uma epistemologia crítica diante do modelo que, de uma maneira bem geral, é cunhada como “neopositivista”.

Às voltas com uma sequência diferentes de nomes, Maria Ozanira da Silva e Silva esclarece da seguinte maneira os seus leitores, na introdução de seu livro *Refletindo a pesquisa participante*:

Utilizo, neste trabalho, o termo pesquisa participante como denominação genérica de estilos participativos de pesquisa considerando a existência de tendências e denominações diversificadas referentes às propostas e alternativas emergentes, como: pesquisa participante, pesquisa participativa, investigação-ação, pesquisa ação, investigação participativa, observação participante, investigação militante, auto-senso, estudo-ação, pesquisa confronto.<sup>4</sup>

Marcela Gajardo reconhece três enfoques originais de estilos de pesquisa associadas a uma “concepção conscientizadora da educação”. Essas seriam as abordagens que reconhecem a *pesquisa participante* como uma alternativa confiável de abertura da

---

<sup>4</sup> SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Op. cit.*, 1991, p.13.

investigação científica à participação popular, “na criação e no desenvolvimento de programas de ação social e educacional”. Os três enfoques são: a *pesquisa ativa*, a *pesquisa na ação* e a *pesquisa participante*.<sup>5</sup> A seguir Gajardo as desdobra. Uma *pesquisa temática* originária dos trabalhos de alfabetização e de educação concentrados nos *movimentos de cultura popular* no Brasil dos anos 1960 as antecede, e ela inaugura a *vertente pedagógica* de que falava a autora algumas linhas atrás. No entanto, nas três modalidades apontadas e nas que delas se desdobram, está sempre presente uma dimensão educacional. E esta vocação pedagógica chegaria ao seu termo na *pesquisa militante*, onde um compromisso político partidário se estabelece entre os agentes populares e os agentes assessores.

Recordemos que com Orlando Fals Borda a proposta da *pesquisa participante* deveria desaguar na progressiva construção de uma *ciência popular*. Uma nova ciência capaz de pensar-se, de pensar o mundo social e de pensar as transformações sociais de uma maneira dialética realizada a partir da presença, da posição e dos interesses das classes populares.<sup>6</sup>

Entre as autoras e os autores que em algum momento se ocuparam de tentar classificar estilos de *pesquisa participante*, há diferenças que deixam clara a quase impossibilidade de se estabelecer uma listagem confiável das diversas abordagens e

<sup>5</sup> GAJARDO, Marcela, *Pesquisa participante na América Latina*, p. 18.

<sup>6</sup> Uma das melhores exposições típicas dos anos 1980 a esse respeito pode ser encontrada em um artigo escrito a várias mãos: “Causa popular, ciência popular – uma metodologia do conhecimento científico através da ação”, de Victo D. Bonilla, Gonzalo Castillo, Orlando Fals Borda e Augusto Libreros. Está em *Repensando a Pesquisa Participante*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão em 1981.

Procedendo como a maior parte dos investigadores do assunto, Anthon de Shutter e Boris Yoppo consideram todas as denominações aparecidas na América Latina entre os anos 1960, desde a *pesquisa temática* (investigação do universo temático) em Paulo Freire, até as propostas de *pesquisa militante*, como estilos de um único modelo emergente: a *pesquisa participante*. Assim, lembrando alguns autores mais conhecidos em cada alternativa, eles as relacionam da seguinte maneira:

Não deve causar surpresa que a pesquisa participante tenda mais a uma diversificação de procedimentos e técnicas, do que a um só modelo doutrinário. Poderíamos mencionar algumas alternativas: a investigação-ação (Fals Borda, Moser, Huizer<sup>9</sup>); a investigação militante (Acosta,

---

p. 131-134. Maria Ozanira cita ainda uma quinta modalidade, a *observação participante* que, no entanto, não aparece em outros autores, a não ser em Nicanor Palhares Sá, de quem ela toma emprestada a expressão, mais corriqueira na Antropologia Social e difundida, anos mais tarde, através da difusão acelerada das abordagens qualitativas nas universidades da América Latina, p. 134.

<sup>9</sup> No entanto, em um artigo publicado no México em 1983, o estudo deixa de fora a Michel Thiollent, reconhecido por muitos, sobretudo no Brasil, como criador de um estilo próprio e bastante conhecido de *pesquisa-ação*. Seu livro *Metodologia da pesquisa-ação*, publicado também nos anos 1980, conheceu em 2002 a sua 11ª edição no Brasil. Na introdução da edição original, Michel Thiollent antecipa a discussão em torno do significado dos nomes e ao valor das alternativas, desta maneira: "um dos aspectos sobre os quais não há unanimidade é o da própria denominação da proposta metodológica. As expressões "pesquisa participante" e "pesquisa-ação" são freqüentemente dadas como sinônimas. A nosso ver, não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que pesquisa-ação e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão da pesquisa convencional". (Cf. *Metodologia da pesquisa-ação*, 2002, p. 7).

Briseño, Lenz, Molano); o autodiagnóstico (Sotelo); a enquete-participante (Le Boterf); a enquete conscientizante (De Oliveira); o Seminário Operacional (De Clerkc); o laboratório experimental (Santos de Moraes); o taller experimental (Yopo, Bosco Pinto)<sup>10</sup>

Em estudos mais abrangentes sobre as origens da *pesquisa participante* entre nós, o que vemos é um apagamento de uma antiga teia de iniciativas de *trabalho popular*, como experiências que geraram na América Latina os diferentes estilos de *pesquisa participante*. Diferentes e plurais sem dúvida, mas de algum modo convergentes em se proporem como um instrumento de conhecimento e de compreensão crítica de eixos e esferas da realidade social da vida cotidiana. Entre aqueles que escreveram a respeito destas várias tendências, há sempre o reconhecimento de que de um modo geral a *pesquisa participante* deve ser encarada como um instrumento de trabalho não menos confiável e rigoroso do que a pesquisa acadêmica, pelo fato de se propor como uma atividade mais coletiva, mais participativa e mesmo mais popular. E um instrumento de conhecimento sistemático da vida social é menos científico por pretender realizar no interior das experiências práticas das “causas populares”, algumas novas integrações e interações entre esferas de competência científica, pedagógica, ética e política. E é a própria maneira como um destes vetores

---

<sup>10</sup> De Schutter e Yopo, op. cit. pgs. 67 e 68. Devemos chamar a atenção para um pequeno aspecto aparentemente semântico, mas importante, no caso. Entre as duas línguas usa-se em Português a palavra “pesquisa”, onde em Espanhol se dá preferência ao termo: “investigação”. Até hoje esta tem sido a fonte de algumas indesejadas confusões.

da ação social vem a ser mais ou menos enfatizado, em cada caso concreto, aquilo que estabelece diferenças importantes entre os vários estilos participativos de investigação social.